

ESTADO E CURRÍCULO: COMO O PROJETO DE NAÇÃO INTERFERE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alexandre Cruz Junkes Junior¹

INTRODUÇÃO

O estudo a ser desenvolvido tem como tema principal a ação do governo federal brasileiro sobre as políticas educacionais na construção do currículo dos anos iniciais do ensino fundamental. Começando por uma revisão bibliográfica dos estudos sobre as políticas educacionais do Brasil, e posteriormente, uma análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) de 2013 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017.

Em um primeiro momento identificar as concepções de Estado e Política Educacional presentes nos estudos já publicados referente ao tema, e compreender a relação das propostas educacionais do governo Federal, com o projeto de nação dos anos 2000 até os dias atuais. E posteriormente, uma análise de conteúdo das diretrizes curriculares já publicadas nesse período, entrelaçando com as concepções teóricas identificadas, para a compreensão das diretrizes curriculares.

A escolha desse tema se dá em um momento de mudanças políticas no Brasil, de um governo pautado pelos movimentos sociais a um governo pautado pelos interesses econômicos, para entender quais as políticas educacionais vigentes e como elas se constituem. É necessário fazer um levante histórico recente da atual conjuntura da política educacional, que nos permita identificar, através das práticas do Estado para a educação básica dos anos iniciais do ensino fundamental, qual caminho do projeto de nação está sendo traçado, e qual sua interferência nas diretrizes curriculares do país.

A partir da questão problema essa pesquisa tem como objetivo geral: Identificar na DCNE e BNCC dos anos iniciais do ensino fundamental as possíveis articulações entre as políticas econômicas e do projeto de nação pelas políticas educacionais.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a revisão teórica, em um primeiro momento, se utilizou de três segmentos bibliográficos: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Reuniões Nacionais e Regional Sul da ANPED e Livros que se relacionam com o tema.

¹Aluno do Curso de Licenciatura em Pedagogia / Instituto Federal Catarinense – campus Blumenau; alex.junkes@gmail.com

Começando pelo Banco de dados da CAPES os resultados obtidos durante a pesquisa não foram satisfatórios, em relação a temática dessa pesquisa, sendo que os trabalhos encontrados fugiam muito do que podia ser utilizado.

Num segundo momento, foi realizada a busca por artigos nas reuniões da ANPED. As reuniões utilizadas para a pesquisa foram: as reuniões nacionais 33(2010), 34(2011), 35(2012), 36(2013) e 37(2015); e a reunião regional sul IX(2012), X(2014) e XI(2016).

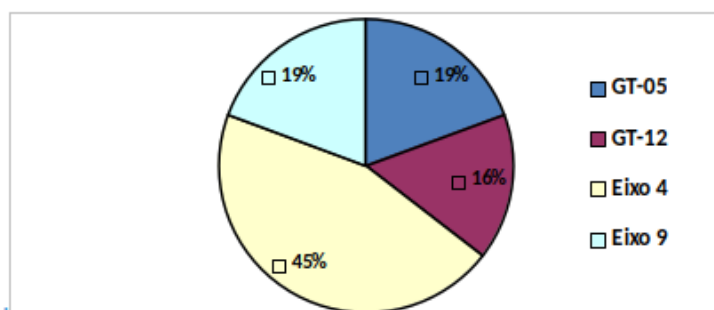
Delimitando o levantamento dos artigos, foi escolhido para todas as reuniões realizar as buscas em somente dois segmentos: nas reuniões nacionais foram escolhidos os GT (Grupo de Trabalho) 05 – Estado e Política Educacional e 12 – Currículo; nas reuniões regionais foram escolhidos os eixos 4 – Estado e Política Educacional e 9 – Currículo.

Num terceiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico de livros que se relacionam com a temática proposta pela pesquisa, conforme orientação para essa pesquisa e livros estudados durante a disciplina Teorias Curriculares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o levantamento dos artigos nas reuniões da ANPED, foram localizados 31 trabalhos que têm alguma aproximação com a temática da pesquisa ou que possam auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Destes 31 artigos, 6 são do GT-05, 5 são do GT-12, 14 do eixo 4 e 6 do eixo 9. Totalizando 11 artigos oriundos das reuniões nacionais da ANPED e 20 oriundos das reuniões regional Sul.

Gráfico 1: Porcentagem dos números de artigos por GT e Eixo



Fonte: dados próprios.

Conforme o gráfico 1 existe predominância dos trabalhos da região Sul com as questões das temáticas dessa pesquisa, tendo os eixos 4 e 9 somados um total de 62% dos artigos. Em outro ponto, pode ser analisada a predominância principal em relação às questões do Estado e políticas educacionais, que, conforme mostra os dados, formando 65% dos artigos relacionados no levante teórico na somatória do GT-05 e o Eixo 4.

Também foi selecionado, a partir da disciplina de Teorias Curriculares, do curso de Pedagogia, o artigo “Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação” (2014) de Elizabeth Macedo, que tem como foco o debate sobre a Base Nacional Curricular Comum, na qual, busca identificar os agentes públicos e privados na hegemonização para o currículo e educação, pelo caminho da regulação baseada na avaliação seguindo os modelos privados, em detrimento da atuação da gestão pública.

Por indicação da professora orientadora do projeto de pesquisa, a primeira obra selecionada é “Política Educacional” (2002), autoria de Eneide O. Shiroma, Maria C. M. de Moraes e Olinda Evangelista.

A obra de Shiroma (2002) conceitua a política de estado moderno com sendo “... à atividade ou conjunto de atividades que, de uma forma ou de outra, são imputadas ao Estado moderno capitalista ou dele emanam.” (p.7) e complementa

O conceito de política encadeou-se, assim, ao poder do Estado – ou sociedade política – em atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com efeitos vinculadores a um grupo social definido e ao exercício do domínio exclusivo sobre um território e da defesa de suas fronteiras (p.7).

Então podemos definir que a política é vinculada ao Estado, e que por meio dele exerce efeitos legais, da perspectiva jurídica, para e com a população de uma nação demarcada por um território soberano.

Ao discutir as políticas públicas, como exemplo a política educacional, Shiroma (2002) ao fundamentar-se em Marx diz que “É estratégica a importância das políticas públicas de caráter social ... para o Estado capitalista.” pois “... submetido aos interesses gerais do capital na organização e na administração da res publica e contribuem para assegurar e ampliar os mecanismos de cooptação e controle social.” (p.8), nos remetendo a ideia de que o Estado, por meio das políticas públicas tem o controle para a submissão social, e conforme Shiroma (2002) traz em sua obra, abre-se a discussão para a ação do Estado brasileiro no que se refere as políticas educacionais nos anos 90.

A segunda obra selecionada, também indicada pela professora orientadora do projeto de TCC, para o referencial de teorias curriculares foi a obra “Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo” (2015) de Tomaz Tadeu da Silva.

Em sua obra Silva (p.15,2015) diz que “currículo” vem do latim curriculum, significando “pista de corrida” na qual ele complementa “... podemos dizer que no curso dessa ‘corrida’ que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos.” e abrindo a discussão sobre o que é o currículo, Silva (p.15, 2015) o define como sendo “... além de uma questão de conhecimento, o currículo é

também uma questão de identidade”. Colocando em pauta as teorias de currículo já propostas em diferentes períodos, pode-se dizer que o currículo para Silva (2015) é a definição de identificação da própria subjetividade exposta em um modelo de curricular que defenderá qual conhecimento deve ser abordado e qual não deve ser abordado.

A partir dessa definição de currículo Silva (p.16, 2015) traz da perspectiva pós-estruturalista “... que o currículo é também uma questão de poder...” pois o ato de selecionar, privilegiar um tipo de conhecimento e escolher “...entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder.”, e ao adentrar em sua discussão, o ato de definir qual currículo seguir, é um ato consciente que visa alcançar um objetivo hegemônico. Então, podemos dizer que as teorias curriculares estão a serviço de um propósito estipulado por alguém, para chegar a um determinado fim.

A terceira obra selecionada foi “Políticas Curriculares referências para análise” (2003) de José Augusto Pacheco, para a compreensão das políticas curriculares e educacionais. Pois, como fala Pacheco

As políticas curriculares são fruto, por isso, de polêmicas, de decisões contínuas, pois reformar, inovar, mudar a escola não tem sido, ao longo dos últimos dois séculos, mais do que uma forma de sobrevivência de governantes em vez da assunção de projetos sociais amplamente partilhados. (p.11,2003)

A partir dessa citação, juntamente com as falas Shiroma (2002) e Silva (2015), me faz refletir o quanto a elaboração de políticas curriculares, e consequentemente educacionais, estão a mercê do Estado para servi-lo a seu próprio interesse. Claro que o Estado, como mentor do bem público, e obviamente da escola pública, deve elaborar propostas educacionais para uma educação básica gratuita e de qualidade, entretanto, se esse mesmo Estado, a serviço do capital, impõe diretrizes que perpetuam a hegemonia da classe dominante, e não permite que a “grande massa” possam se erguer socialmente e continuem submissas ao sistema capitalista que estamos hoje, então me remete a pensar em como identificar na DCNEB e BNCC a materialização dessas ações do Estado na elaboração desses documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se origina de projeto de TCC que ainda está em desenvolvimento, então esse artigo é uma revisão teórica inicial do projeto que será aprofundado para se alcançar o objetivo principal.

Tendo realizado a revisão teórica até esse momento, podemos concluir que os artigos publicados nas reuniões da ANPED, principalmente da região sul, trazem a discussão referente a temática da interferência do Estado nas políticas educacionais, a mais do que as reuniões nacionais.

Agora, olhando para as concepções de Estado como uma estrutura que está a serviço da nação capitalista, e de Currículo, na qual, mostra a questão da construção curricular como sendo um reflexo do projeto de nação de um governo, podemos dizer que, o currículo escolar, como instrumento de poder de um governo é legitimado pelas instituições do Estado através políticas educacionais ao abordar determinados conteúdos em detrimento de outros. Que assim, garantem que os objetivos de determinado governo sejam alcançados.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010. 5ª ed.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.12, n.03, p.1530-1555, out/dez. 2014.

PACHECO, José Augusto. **Políticas curriculares: referencias para análise**. Porto Alegre: Art-med, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias curriculares**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 3ª ed.

SHIROMA, Eneida O.; MORAES, Marcia C. M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&a, 2002. 2ª ed.